

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

1 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA
2 HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO, realizada no dia vinte de junho de dois mil e
3 dezoito, no prédio da OAB, município de Saquarema. Ao vigésimo dia do mês de junho
4 de dois mil e dezoito, às 10 horas e quinze minutos, deu-se início a Reunião Ordinária
5 da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, com a seguinte relação de
6 presença, conforme lista de presença assinada: os representantes do Consórcio
7 Intermunicipal Lagos São João CILSJ: Sra. Adriana Saad, Sra. Amabile Ferreira, Sr.
8 Luis Fernando Faulstich, Sr. Renan Ventura; os representantes da Concessionária Águas
9 de Juturnaíba (CAJ): Sr. Carlos Alberto Vieira Gontijo, Sra. Nathália Salustiano V.
10 Bragança e Sr. Wemerson M. de Oliveira; os representantes da concessionária
11 PROLAGOS: Sra. Keila F. da Silva e Sr. Thiago Augusto Maziero; Sr. Francisco da
12 Rocha Guimarães (Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória);
13 Sr. Gilton Souza de Luna (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cabo
14 Frio); Sra. Dulce Tupy (Instituto Lagrange); Sr. Arnaldo Villa Nova e Sra. Ana Maria
15 Fernandes Muniz (Associação Defesa da Lagoa de Araruama); Sra. Edna Ferreira
16 Calheiros Saraiva (AMEAS); Sr. Emídio Fernandes de Souza, Sr. Alan Victor Messery
17 Sales, Lucas Queiroz Barbosa, Sr. Martin Maiz, Sr. Augusto Pascoal, Sra. Nattaly
18 Meneses, Sra. Zélia Maciel Pontes, Sr. Igor Basilio Jeronimo de Souza, Sr. Wanderlúcio
19 Nogueira (Associação Raízes); Sra. Dalva Rosa Mansur (IPEDS); Sr. Fabio Fabiano
20 (ICMBIO); Sra. Larissa Costa (INEA); Sra. Ana Paula Rodrigues Souza (Prefeitura de
21 Araruama); Sra. Lilian (Prefeitura Arraial do Cabo); Sr. Irinaldo Cabral da Silva
22 (Prefeitura de Maricá); Sr. Luizmar Mozer (Prefeitura de Casimiro de Abreu). O Sr.
23 Carlos Gontijo iniciou a reunião informando que o Sr. Leandro se afastou da presidência
24 do CBHLSJ pelo período de 60 dias e, portanto, ele (Sr. Gontijo) sendo vice-presidente,
25 assumirá a presidência interinamente. Em seguida, todos os presentes se apresentaram.
26 O Sr. Gontijo então leu os itens de pauta do dia, a saber: **1- Aprovação da ata da**
27 **reunião do dia 14 de março 2018; 2 - Apresentação da concessionária Águas de**
28 **Juturnaíba sobre a revisão quinquenal do contrato de concessão; 3 - Apresentação**
29 **da concessionária Prolagos sobre a revisão quinquenal do contrato de concessão; 4**
30 **- Aprovação do uso do recurso disponível para o CBHLSJ até dezembro 2018; 5 -**
31 **Aprovação de alteração do plano de trabalho do custeio; 6 - Participação dos**
32 **membros do CBHLSJ no ENCOB (20 a 24 de agosto 2018); 7 - Ombreiras da**
33 **Barragem de Juturnaíba; 8 - Assuntos gerais.** O Sr. Gontijo informou que a primeira
34 apresentação sobre revisão quinquenal será realizada pela PROLAGOS (inversão dos
35 itens 2 e 3). Passou então a palavra à Sra. Adriana, que pediu desculpas em nome do
36 CILSJ por ter sido o processo de convocação e definição dos itens de pauta desta
37 reunião um pouco conturbado. Explicou que, inicialmente, a convocação foi enviada aos
38 membros do CBHLSJ vinte dias antes da reunião visando cumprir o Regimento Interno,
39 porém sem a definição de pauta. No dia seis de junho 2018, uma pauta definida pela
40 Diretoria Colegiada foi então enviada aos membros. Entre esta data e o dia de hoje,
41 porém, fez-se necessária a apreciação de alguns assuntos, não contemplados pela pauta
42 que já havia sido enviada, em caráter de urgência. Explicou que a nova Lei Federal nº.
43 13.661 de 2018 alterou as parcelas de repasse da Compensação Financeira pela
44 Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica (CFURH) para
45 os municípios e estados. Com a alteração, o repasse da CFURH para os Estados, que era
46 de um percentual de 45%, ficou em 25%. Esta mudança resultará em redução de cerca

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

47 44% do valor da CFURH para os Estados e, portanto, do valor repassado para os
48 comitês de bacia (e que é utilizado para custeio de suas delegatárias). Esta questão vem
49 sendo discutida entre SEA/INEA, o CILSJ e AGEVAP (outra delegatária do estado do
50 Rio de Janeiro), visando a definição de uma redistribuição dos valores da CFURH entre
51 os comitês da forma mais sustentável economicamente e justa possível. Como
52 provavelmente haverá alteração dos valores disponíveis para a execução de projetos,
53 retirou-se da pauta o item para aprovação do PPA do CBHLSJ. Também, ocorreu o
54 afastamento provisório da presidência do CBHLSJ do Sr. Leandro Coutinho, então foi
55 enviada pauta com a assinatura do Sr. Gontijo, vice-presidente do CBHLSJ e, portanto,
56 atual presidente interino. A Sra. Adriana então relatou que colaboradores da SEA/INEA
57 que tomaram conhecimento das alterações de pauta entraram em contato com ela para
58 esclarecimentos, orientando-a que, em caso de mudanças em itens de pauta, as mesmas
59 devem ser informadas à plenária no momento inicial da reunião, e não por e-mail.
60 Estando os presentes de acordo com a inclusão, exclusão ou alteração de qualquer item,
61 a nova pauta poderá ser considerada. A Sra. Adriana disse que este procedimento será
62 devidamente seguido para as próximas reuniões. O Sr. Gontijo então perguntou aos
63 presentes se concordavam com a versão mais atual da pauta proposta. Não havendo
64 manifestações contrárias, a pauta foi aprovada. O Sr. Gontijo então solicitou que se
65 desse início à discussão do primeiro ponto de pauta: **1- Aprovação da ata da reunião**
66 **do dia 14 de março 2018.** Perguntou se alguém tinha considerações a fazer. A Sra.
67 Dulce informou que havia enviado, por e-mail, ao CILSJ, pedidos de alteração em
68 trechos que transcreviam suas falas, perguntando aos representantes do CILSJ se as
69 mesmas haviam sido contempladas. A Sra. Amabile informou que havia incorporado à
70 minuta da ata, a princípio, todos os trechos adicionados ou reescritos pela Sra. Dulce,
71 mantendo-se porém os trechos da minuta original, para que os presentes na plenária
72 tivessem conhecimento do que consistiam as alterações sugeridas. A Sra. Dulce disse que
73 uma ata deveria registrar em linhas gerais o que ocorreu em uma reunião, enquanto a
74 Sra. Ana Paula e o Sr. Arnaldo concordaram que a ata é um registro da reunião e,
75 portanto, deve constar tudo o que foi dito. A Sra. Edna disse que uma ata deve
76 representar as deliberações do CBHLSJ e que, se outros assuntos surgirem, ainda mais
77 se foram situações desagradáveis e desentendimento entre os membros, estes não devem
78 constar na ata. A Sra. Dalva disse que o trabalho do CBHLSJ é reconhecido
79 internacionalmente, citou o fato de que este contribuiu muito para despoluição da
80 lagoa de Araruama e que idiossincrasias não devem ocorrer durante as plenárias. O Sr.
81 Francisco contribuiu pedindo aos membros do CBHLSJ o cuidado com as palavras, pois
82 *"todos aqui são pessoas voluntárias sofrendo as mazelas ambientais e não podemos*
83 *desaforar outros companheiros que estão lutando pela mesma causa".* A Sra. Larissa,
84 representante da SEA/INEA, pronunciou-se explicando que a ata pode ser detalhada e
85 que, se a mesma incluir inverdades, trechos que não forem fieis à manifestação a que se
86 referem, pode-se sim solicitar que se corrija de forma que a reproduzir uma
87 manifestação da forma mais fiel possível, mas pedir para que um trecho seja omitido da
88 ata não seria a melhor alternativa se, de fato, a fala aconteceu. O Sr. Gontijo pediu então
89 que fossem lidas, uma a uma, todas as alterações sugeridas pela Sra. Dulce, a maioria
90 consistindo em nova redação de acordo com a forma que, segundo ela, seria fiel às suas
91 manifestações durante a plenária do dia 14 de março 2018. As alterações solicitadas
92 pelas Sra. Dulce para a ata desta reunião foram acatadas. A Sra. Adriana, por fim, deu a

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

93 sugestão de que, quando alguém se sentir ofendido diante da fala de alguém durante as
94 reuniões do CBHLSJ, que peça para que a fala ofensiva conste em ata. Tendo sido a ata
95 aprovada, o Sr. Thiago, diretor executivo da Prolagos, foi convidado a apresentar o item
96 **3 - Apresentação da concessionária Prolagos sobre a revisão quinquenal do**
97 **contrato de concessão.** Inicialmente, ele pediu engajamento por parte dos membros do
98 CBHLSJ para que as reuniões sejam mais objetivas, pois tem-se perdido muito tempo
99 em discussões, por exemplo, sobre conteúdo de atas. Iniciou sua apresentação
100 esclarecendo que esta apresentação foi realizada no dia 4 de junho 2018 para a
101 AGENERSA; no dia 5 de junho 2018 ao Grupo de Trabalho de Saneamento formado
102 pelo CILSJ; no dia 12 de junho 2018 para a Câmara Técnica de Saneamento do
103 CBHLSJ. Discorreu sobre algumas características do grupo AEGEA (atual grupo
104 controlador da Prolagos, desde 2007), o funcionamento do contrato de concessão plena
105 (água e esgoto) da Prolagos na região, que teve início em 1998 pelo período de
106 concessão de 43 anos (25 anos iniciais mais 18 anos aditivados, até 2041). Citou a *fitch*
107 *rating*, uma taxa pela qual avalia-se a expectativa de riscos de crédito, sendo a da
108 Prolagos atualmente AA que reflete, portanto, risco baixo. O Sr. Thiago citou então
109 alguns programas em andamento como Igualdade Racial, Saúde Nota 10, Bolsa
110 Socioambiental, Revivendo Águas Claras, este último com a parceria da CAJ. Relatou o
111 histórico de atuação da Prolagos na região, lembrando que, quando esta assumiu a
112 concessão, a lagoa de Araruama estava condenada à morte e a região sob situação
113 precária de atendimento de água e esgoto, enquanto a CEDAE abastecia apenas 30% da
114 região. Especificou que o contrato de concessão obriga a Prolagos a atender 70% da
115 população flutuante da região do Lagos, o que seria hoje por volta de 680 mil pessoas,
116 chamando a atenção para o fato de que a Prolagos atende quase o dobro desse número
117 na alta temporada. Citou o montante investido de 1,15 bilhão de reais (moeda
118 dezembro/2017), desde o início da concessão (1998) até dezembro de 2017. Explicou
119 que, quando se relata os valores de investimentos ou custos, deve-se sempre especificar
120 a “moeda” a qual se refere. Isto porque o contrato de concessão tem um marco
121 regulatório que define uma moeda. Em se tratando dos valores atuais, deve-se
122 considerar o fator de conversão de 1,6 em relação à moeda do momento da concessão.
123 Chamou a atenção para o fato de que investimentos em saneamento básico resultam em
124 melhora proeminente de índices de balneabilidade nas águas. Isto esta sendo observado
125 na região desde 2013, chegando a 91,30% de balneabilidade em 2017, inclusive com a
126 melhoria da qualidade da água da lagoa de Araruama. Sintetizou as três revisões
127 contratuais da Prolagos, sendo a 1ª revisão (1998-2003) com investimentos de
128 R\$228MM (moeda dezembro/2008); a 2ª Revisão de Contrato (2004-2008), deteve
129 investimentos na ordem de R\$99MM (moeda dezembro/2008); e a 3ª Revisão (2009-
130 2013), com R\$180MM (moeda dezembro/2008). A população urbana atendida com o
131 abastecimento de Água e com a coleta e tratamento de esgotos pelo contrato da Prolagos
132 atualmente corresponde à 97,7% para Água e 79,2% para Esgoto. No tocante ao
133 abastecimento de água potável a Prolagos investiu cerca de R\$400 milhões (moeda
134 dezembro/2008); no tocante ao sistema de coleta e tratamento de esgotos foi investido
135 cerca de R\$280 milhões (moeda dezembro/2008). A PROLAGOS esclareceu que o
136 montante atualmente planejado para investimentos de 2018 a 2041 é de 177 milhões
137 (moeda dez/08), se não for considerado o reembolso do ICMS Verde e FECAM de
138 R\$49,6 milhões (moeda dez/08) previsto na 3ª Revisão Quinquenal. Então apresentou

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

139 detalhadamente aos presentes três propostas de cenário de investimentos para o próximo
140 quinquênio, esclarecendo que eles podem ser modificados e/ou combinados. Por
141 exemplo, um item de um dado cenário pode ser incluído em outro cenário. Os cenários
142 inicialmente propostos foram: **Cenário A: REVISÃO DOS INVESTIMENTOS**
143 **REQUERIDOS**; mantém os investimentos definidos na terceira revisão quinquenal e
144 soma: Ampliação das ETEs existentes com o padrão de tratamento de nível terciário da
145 ETE Búzios (sem reembolso do FECAM), Transposição de São Pedro da Aldeia (sem
146 reembolso do FECAM), Transposição de Iguaba Grande (sem reembolso do FECAM) e
147 Cinturões, totalizando R\$ 289.785.057 (moeda dezembro 2008) em investimentos.
148 Portanto, este valor de investimento tem um acréscimo de cerca de 112 milhões (moeda
149 de dezembro 2008). O **Cenário B: REVISÃO DA CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE**
150 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**; mantém os investimentos definidos na terceira
151 revisão quinquenal e soma: ampliação ETA em 2 etapas: 1ª etapa 2.000 L/s e 2ª etapa
152 2.450 L/s; Ampliação da Adução; Ampliação da Rede de distribuição com extensões
153 estimadas por município somando mais de 400 Km; Recuperação da estrutura auxiliar
154 da Barragem de Juturnaíba totalizando R\$ 313.489.508 em investimentos. Portanto, este
155 valor de investimento tem um acréscimo de cerca de 136 milhões (moeda dezembro
156 2008). Salienta-se que este cenário inclui apenas obras relativas ao sistema de
157 abastecimento de água, não incluindo obras de esgotamento sanitário. Relativamente à
158 ampliação da adução aqui apresentada, esta consiste no sistema TRIMUMU também
159 chamado de sistema principal, cuja 1ª fase integra 5 trechos de obra, sendo que 2
160 trechos já foram aprovados pela AGENERSA, o 3º trecho está em votação e os outros 2
161 trechos ainda entraram em pauta na AGENERSA. Assim, este cenário constitui em
162 obras para abastecimento de água, não incluindo obras de esgotamento sanitário.
163 Segundo a PROLAGOS, este cenário universalizaria o acesso a água na região no ano
164 de 2020. **Cenário C: REVISÃO DA CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE COLETA**
165 **DE ESGOTOS**; mantêm-se os investimentos da 3ª RQ e soma-se os seguintes itens:
166 2.278 km em redes de coleta com separador absoluto, EEEs, linhas de recalque e
167 interceptores e 169 mil ligações de esgoto, totalizando o montante previsto nos projetos
168 básicos de R\$ 448.375.410 (moeda dezembro 2008) em investimentos. Portanto, o
169 Cenário C consiste apenas em obras para a universalização do sistema de esgotamento
170 sanitário com separador absoluto em 15 anos. Por fim, foram apresentadas as
171 porcentagens de reajuste na tarifa necessárias para execução de cada um dos 3 cenários,
172 mantendo a taxa interna de retorno de 13,02% (conforme o contrato de concessão) a
173 saber: Cenário A – aumento de 5,7%; Cenário B – aumento de 7%; Cenário C –
174 aumento de 8%; Cenários A + B + C – aumento de 23%. O Sr. Thiago então explicou
175 que, na reunião do CILSJ realizada no dia 5 de junho 2018, na sede da Prolagos,
176 estando entre os presentes os representantes do poder concedente (cinco prefeituras dos
177 municípios sob concessão da Prolagos), propôs-se uma combinação dos cenários A, B e
178 C, resultando em um cenário D, que seria uma junção dos cenários A + B e uma parte
179 do Cenário C, este último a saber: a instalação de um percentual de cerca de 25% do
180 montante apresentado de 525 milhões (moeda janeiro 2017) para obras de rede de coleta
181 com separador absoluto em áreas que não têm rede de drenagem a serem definidas
182 posteriormente pelos municípios em conjunto com a Prolagos. Em se tratando da
183 questão das ombreiras à jusante da barragem de Juturnaíba que, por deliberação da
184 AGENERSA deveriam ser reconstruídas pela Prolagos, sugeriu-se fazer seu

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

185 arrasamento. Também, sugeriu a inclusão de desassoreamento dos canais da lagoa de
186 Araruama, embora, segundo o Sr. Thiago, a Prolagos entenda que seja responsabilidade
187 do Estado. Também explicou que naquela reunião, a Sra. Dalva sugeriu uma rubrica
188 específica para manutenção do reservatório de Juturnaíba, sendo que tal manutenção
189 englobaria o manejo das macrófitas. De 177 milhões de reais previstos pelo contrato de
190 concessão para investimentos, o novo valor de passaria a ser 535 milhões de reais. O
191 cenário D resultaria em um reajuste da tarifa de 20%. O Sr. Thiago explicou que a
192 proposta do cenário D será enviada a AGENERSA, que contratará uma empresa para
193 analisa-la. Depois uma audiência pública será agendada para que possa haver
194 manifestação da população, e todo este trâmite então permitirá a AGENERSA que
195 delibere sobre a proposta. Acrescentou que, por experiência, todo este pleito levará
196 cerca de um ano. O Sr. Arnaldo explicou que na reunião do CILSJ, o poder concedente
197 (as cinco prefeituras) concordaram que o cenário D seria mais apropriado. O Sr.
198 Arnaldo perguntou então aos presentes se concordavam que o Cenário D é, de fato, o
199 mais apropriado. A Sra. Dulce disse que as informações foram passadas de maneira
200 muito rápida, não permitindo que os membros tivessem tempo hábil para avaliar a
201 proposta. O Sr. Arnaldo esclareceu que o tema já havia sido discutido pela CT de
202 Saneamento, que também recomendou o Cenário D. A Sra. Adriana disse que, no
203 momento, a AGENERSA deseja que o poder concedente se posicione por meio de sua
204 vogal, o CILSJ, e que a manifestação do CBHLSJ seria apenas um reforço para tal
205 recomendação inicial. O Sr. Gontijo reiterou que as propostas tanto da Prolagos quanto
206 da CAJ serão enviadas à AGENERSA, e que na ocasião da audiência pública, qualquer
207 pessoa, incluindo os membros deste comitê, poderão se manifestar a favor ou contra a
208 proposta. O Sr. Gontijo então iniciou a apresentação da CAJ **2 - Apresentação da**
209 **concessionária CAJ sobre a revisão quinquenal do contrato de concessão.** O início
210 da apresentação consistiu em breve explanação sobre as condições em que se deu o
211 início do contrato de concessão da CAJ com os municípios de Araruama, Saquarema e
212 Silva Jardim, em agosto de 1996, com período inicial de vigência de vinte e cinco anos
213 e extensão por período equivalente. O Sr. Gontijo explicou que houve duas revisões do
214 contrato e que, na ocasião da segunda revisão quinquenal, optou-se por estender o
215 período de concessão no lugar de aumentar o valor da tarifa ao consumidor.
216 Acrescentou que o início da prestação de serviços deu-se em março de 1998, sob
217 regulação da AGENERSA. Explanou algumas características da concessão, indicadores
218 e metas de atendimento, a evolução no atendimento em um curto período de tempo,
219 visto que a área de cobertura de fornecimento de água nos dias atuais é de 97% e a de
220 tratamento de esgoto de 72%, uma meta que era prevista apenas para o vigésimo quinto
221 ano de concessão. Deu destaque à construção de seis ETEs até o ano de dois mil e
222 dezessete, tendo em vista que, no início da concessão, nenhuma ETE existia na região.
223 Foram apresentadas todas as ETEs dos municípios de Saquarema, Silva Jardim e
224 Araruama com suas capacidades e especificações: o reservatório de água em Araruama
225 e os principais dados de distribuição de água; a ampliação do sistema de esgotamento
226 sanitário de Araruama com partes que já estão construídas; projetos em destaques como
227 a reutilização de lodo da ETA na fabricação de tijolos, artesanato e oficinas pedagógicas
228 com utilização das fibras vegetais da ETE, o projeto Revivendo Águas Claras, que visa
229 o replantio de árvores e a recomposição da Faixa Marginal de Proteção e, por fim, o
230 projeto S.O.S Lagoa de Juturnaíba, que visa um mutirão semestral para a limpeza às

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

231 margens da represa de Juturnaíba. Posteriormente, o Sr. Gontijo apresentou a proposta
232 de investimentos nos três municípios iniciando por Araruama, a saber: construção do
233 sistema de esgotamento sanitário na Praia Seca; sistema de esgotamento sanitário na
234 Bacia Novo Horizonte; sistema de esgotamento sanitário na Bacia Novo Horizonte II;
235 ampliação da ETE Ponte dos Leites; a construção da Adutora, detalhando cada item
236 com suas especificações técnicas e seus objetivos, capacidades, novas ligações,
237 extensão em quilômetros de rede, etc. Para o município de Saquarema, as propostas
238 apresentadas foram: a ampliação da ETE em Itaúna, a ampliação da ETE em Bacaxá, a
239 construção dos sistemas de Raia, Condado e Retiro e ETE em Jacarepiá, construção de
240 uma adutora, implantação de 213.466 m de extensão de rede de água, 12.045 novas
241 ligações e a construção de um reservatório de 3 mil m³, também apresentando todas as
242 partes técnicas as capacidades, local de construção, valores, etc. Por fim, apresentou os
243 investimentos propostos para o município de Silva Jardim a saber: a universalização de
244 acesso à água, a construção do sistema de esgotamento sanitário Romanópolis, a
245 construção do sistema de esgotamento Sanitário Cidade Nova, a construção do sistema
246 de esgotamento sanitário Fazenda Brasil e a ampliação e revitalização da ETE CAJÚ,
247 com destaque a toda parte técnica, logística, orçamentaria, etc. Por fim, a apresentação
248 abordou a proposta de investimentos para redes de esgoto por separador absoluto na
249 região dos 3 municípios atendidos pela CAJ, conforme a deliberação da AGENERSA nº
250 3152 de 29 de junho de 2017. O Sr. Gontijo esclareceu que foi contratado um estudo de
251 viabilidade da implantação do sistema de rede separadora, incluindo os itens:
252 Caracterização da área e do sistema de esgoto sanitário existente; Levantamento dos
253 estudos, planos existentes; Estudo Populacional e projeções das contribuições; Estudos
254 dos corpos receptores; Formulário e pré-dimensionamento do sistema; Apresentação da
255 proposta para migração do sistema de coleta, bombeamento e tratamento de esgotos
256 sanitários para separador absoluto; Planilha com as estimativas de quantitativos
257 unitários e totais para o sistema de coleta, bombeamento e tratamento de esgoto
258 sanitário. Este estudo também fez uma projeção considerando o crescimento vegetativo
259 até 2047. Para universalização do sistema dentro de 15 anos, nos três municípios, os
260 custos apresentados foram: rede coletora R\$ 971.144,008; interceptor: R\$141.478,171;
261 EEE R\$ 81.596,186; ETE R\$ 156.877,467; custo por ligação 80.931,110; totalizando o
262 valor de R\$1.432.026,942. Por fim, o Sr. Gontijo explicou que a revisão quinquenal de
263 tarifas é feita por meio de um estudo detalhado que visa assegurar o equilíbrio
264 econômico e financeiro previsto pelo contrato de concessão, destacando que a taxa
265 interna de retorno deve ser mantida em 13,02%. A Sra. Adriana disse que
266 disponibilizará as apresentações tanto da Prolagos quando da CAJ aos membros, que
267 poderão opinar sobre as propostas da revisão quinquenal na próxima plenária, se assim
268 o quiserem. A Sra. Adriana então explanou sobre o item **6 - Participação dos membros**
269 **do CBHLSJ no ENCOB (20 a 24 de agosto 2018)**, explicando que este tem mais
270 caráter informativo para o momento. Esclareceu que CBHLSJ poderá financiar a ida de
271 representantes dos setores da sociedade civil e do poder público. Solicitou que as
272 instituições interessadas em enviarem seus representantes para participação, que se
273 manifestassem por e-mail ao CILSJ o mais breve possível. A Sra. Adriana então iniciou
274 explicação sobre o item **4 - Aprovação do uso do recurso disponível para o CBHLSJ**
275 **até dezembro 2018**. O Sr. Emídio declarou que nenhum documento sobre o assunto
276 havia sido enviado aos membros para apreciação prévia. A Sra. Adriana esclareceu que

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

277 este item versaria sobre apenas uma alteração a ser apreciada pela plenária em relação
278 ao que já havia sido deliberado pelo CBHLSJ. Explicou que o valor arrecadado pelo
279 CBHLSJ até o momento é de cerca de 2.144 milhões de reais. Destes, 70% do valor
280 arrecadado pelo setor de saneamento deve ser aplicado em obras de esgotamento
281 sanitário. No caso do CBHLSJ, isso representa 70% de quase todo o montante
282 arrecadado, visto que grande parte do recurso arrecadado pela cobrança pelo CBHLSJ é
283 oriundo do setor de saneamento (concessionárias Prolagos e CAJ). Assim, cerca de
284 1.478 milhão de reais devem ser aplicados em esgotamento sanitário. A Sra. Dulce
285 chamou a atenção que esta obrigatoriedade foi bastante questionada pelos comitês
286 durante o ECOB 2018. A Sra. Adriana corroborou, mas ressaltou que tal
287 obrigatoriedade é ditada por lei estadual. A Sra. Larissa citou que atualmente há um
288 projeto de lei na ALERJ com o intuito de rever tal obrigatoriedade, enquanto a Sra.
289 Dalva declarou que considerava esta obrigatoriedade algo bom para a região
290 hidrográfica. A Sra. Adriana então listou o destino dos demais valores, a saber: 319 mil
291 reais para o custeio da delegatária, 54 mil reais para ações de diretoria (dos quais uma
292 parcela, por exemplo, já foi utilizada para custear a ida de membros do CBHLSJ ao
293 ECOB 2018). A Sra. Adriana explicou então que foi solicitado pela SEA/INEA que o
294 CILSJ os informasse quais seriam os projetos prioritários do CBHLSJ até dezembro de
295 2018. Do total disponível para execução de projetos (288.648,20 reais) a plenária agora
296 deveria deliberar sobre seu destino. Lembrou que as ações que o plenário do CBHLSJ
297 deliberou no dia 14 de março 2018 como prioritárias para este ano foram: Pesca,
298 Enquadramento dos corpos hídricos, Educação Ambiental, Monitoramento de corpos
299 hídricos. Algumas manifestações por parte dos presentes surgiram, como: o Sr.
300 Francisco perguntou sobre a possibilidade de aplicar recursos para a elaboração de
301 planos municipais de saneamento para os municípios da RHVI que ainda não os tem. O
302 Sr. Luizmar relatou que a empresa contratada para elaborar o plano do município de
303 Casimiro de Abreu não o concluiu, até o momento. A Sra. Dulce perguntou se a Pesca
304 precisaria de cerca de 72 mil reais, ao que o Sr. Francisco explicou que este montante ainda
305 seria pouco, citando como exemplo de aplicação o fornecimentos de insumos para
306 apoiar a fiscalização durante o defeso da lagoa de Araruama. O Sr. Arnaldo explicou
307 que o montante disponível para a ação de Enquadramento seria suficiente apenas para o
308 reservatório de Juturnaíba que, de fato, consiste em uma prioridade para o CBHLSJ,
309 para garantir a qualidade de seu manancial. Quanto à ação Monitoramento de Corpos
310 Hídricos, o Sr. Arnaldo explicou que o rio São João tem programa específico de
311 monitoramento, por meio de recurso oriundo de TAC com participação do ICMBIO, e
312 que o monitoramento da lagoa de Araruama é realizado pelas concessionárias. Assim, o
313 monitoramento da lagoa de Saquarema seria prioridade dentro desta ação. A Sra. Dulce
314 solicitou que fosse acrescentado ao nome desta ação específica o termo “lagoa de
315 Saquarema”, a fim de garantir que o recurso fosse destinado para este corpo hídrico. A
316 Sra. Dalva esclareceu, porém, que o PPA versa sobre a ação “Monitoramento dos
317 corpos hídricos”, e que o nome deste não pode ser alterado. A Sra. Adriana ainda
318 esclareceu que, por enquanto, o CBHLSJ deve apenas aprovar a destinação do recurso
319 para dada ação, mas que os projetos específicos serão ainda definidos pelas câmaras
320 técnicas deste Comitê, informação corroborada pela Sra. Larissa. A Sra. Edna entendeu
321 que a grafia do nome da ação não poderia ser alterada, mas pediu que constasse em ata
322 que o monitoramento da lagoa de Saquarema seria uma prioridade, como já aprovada

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

323 pela CT de Monitoramento conforme o Sr. Arnaldo havia informando instantes antes. A
324 Sra. Edna também solicitou que as decisões das câmaras técnicas sejam devidamente
325 divulgadas para toda a plenária. A Sra. Dulce concordou e pediu que as atas das mesmas
326 sejam disponibilizadas a todos, exemplificando a praticidade do aplicativo Whatsapp
327 para tal fim. Colocou-se em votação a distribuição igualitária do montante total
328 (288.648,20 reais) entre as quatro ações, tendo sido obtida aprovação pela plenária, com
329 o valor de 72.162,05 destinado para cada uma das quatro ações. O Sr. Emídio solicitou
330 que a planilha apresentada fosse enviada a todos. A Sra. Adriana solicitou ao Sr.
331 Arnaldo que explicasse sobre a recomendação da CT de saneamento sobre o destino do
332 valor direcionado à ação de Saneamento. O Sr. Arnaldo informou que a Sra. Sandra,
333 coordenadora da CT Saneamento e não presente nesta reunião, pediu a ele que
334 explicasse aos presentes que esta câmara técnica recomendou que no ano de 2018, o
335 recurso a ser aplicado em esgotamento sanitário em área da Prolagos fosse destinado à
336 transposição dos efluentes de São Pedro da Aldeia e que, em 2019, o valor fosse
337 aplicado nas áreas servidas pela CAJ. O Sr. Arnaldo chamou a atenção para a vantagem
338 de se aplicar recursos do CBHLSJ em obras de esgotamento sanitário, que seria o fato
339 de que o valor correspondente a tais obras não caem na tarifa de água e, portanto,
340 deixam de onerar o usuário. A Sra. Adriana explicou ser urgente que a plenária aprove o
341 destino do recurso para obras de esgotamento, para que se garanta que a SEA/INEA
342 disponibilize o recurso ao CBHLSJ. Acrescentou que, especificamente, a Sra. Giselle da
343 SEA/INEA informou a Sra. Adriana que, por ser um montante considerável, a SEA
344 precisaria saber de forma mais específica sobre a destinação que o CBHLSJ tem
345 pretendido dar a este recurso, para que o mesmo possa ser liberado. Então, colocou-se
346 em votação a aplicação desse recurso na transposição dos efluentes de Iguaba Grande e
347 de São Pedro da Aldeia. Obteve-se a aprovação por parte da plenária. O Sr. Emídio e a
348 Sra. Edna se abstiveram, enquanto o Sr. Emídio justificou sua abstenção por não terem
349 sido as informações enviadas previamente aos membros para análise. A Sra. Adriana e o
350 Sr. Arnaldo disseram que tal projeto (transposição dos efluentes de Iguaba Grande e de
351 São Pedro da Aldeia) vem sendo apresentado no âmbito do CBHLSJ por muito tempo,
352 ao que o Sr. Francisco respondeu que mesmo assim, é importante que o mesmo seja
353 melhor explicado aos presentes, pois há pessoas novas no CBHLSJ. Por fim, a Sra.
354 Adriana esclareceu que o planejamento para o uso dos recursos para custeio da
355 delegatária para este ano subestimou os valores a serem destinados a combustível. Pediu
356 então autorização para que o valor de 30 mil reais que havia sido aprovado para aluguel
357 de carro, que fosse aplicado em combustível a ser utilizado nos dois veículos próprios
358 do CILSJ. Esclareceu que isso não traria ônus nenhum ao CBHLSJ, e que isso consistia
359 apenas em um remanejamento de recurso, esclarecendo que os veículos do CILSJ
360 estarão disponíveis para a equipe do CILSJ atender as demandas do CBHLSJ. O uso do
361 recurso disponível para o CBHLSJ até dezembro 2018 conforme apresentado foi
362 aprovado pela plenária. **7 - Ombreiras da Barragem de Juturnaíba.** A Sra. Adriana
363 iniciou a explanação sobre a reconstrução ou demolição dos Canais de Descarga (ou
364 ombreiras) à jusante da barragem de Juturnaíba, inicialmente destinados à irrigação de
365 arroz, mas atualmente sem função. O Sr. Arnaldo Villa Nova então fez uma explanação
366 sobre as deliberações Agenesra nº 2586/2015 e nº 3098/2017 conforme o Processo n. E-
367 12/003.110/2015, que obriga a Prolagos a realizar a reconstrução dos Canais de
368 Descarga, alegando riscos à estrutura e operação da Barragem. A Sra. Adriana explicou

Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

369 que o CILSJ preparou um documento para ser enviado à AGENERSA indicando
370 posição contrária a recuperação das ombreiras e indicando que deveria haver
371 arrasamento da estrutura danificada. A Sra. Adriana fez a leitura do documento. Tal
372 posição contrária se baseou na vistoria técnica realizada no dia 24 de abril 2018 (na qual
373 o Sr. Leandro Coutinho, na época presidente deste comitê, estava presente) e no laudo
374 técnico da Empresa Cotrim & Sato Consultoria e Engenharia, que concluiu que os
375 canais de descartas tombados não oferecem riscos à operação da barragem e que o
376 investimento de cerca de 10 milhões atualmente previsto para a recuperação da
377 ombreira não seria necessário. Em contrapartida, por não haver função atualmente, o
378 mesmo laudo técnico recomenda a retirada das ombreiras, sendo que o custo desta
379 retirada seria em torno de 3 milhões. A Sra. Adriana relatou que essa posição foi
380 acertada com os representantes dos municípios (poder concedente) na reunião do CILSJ
381 realizada no dia 5 de junho 2018. Assim, o documento ainda apresenta à AGENERSA a
382 proposta alternativa de que as ombreiras sejam retiradas, ao mesmo tempo que seja
383 urgente a retirada e posterior manejo das algas macrófitas que vem ocorrendo em
384 grandes volumes na lâmina de vertedouro da barragem. O Sr. Arnaldo acrescentou que a
385 presidência da AGENERSA determinou que os custos para retirada e manejo da
386 vegetação na área da barragem competem às duas concessionárias (Prolagos e Águas de
387 Juturnaíba). A Sra. Adriana esclareceu que o CILSJ está apenas dando ciência ao
388 CBHLSJ sobre sua posição. O Sr. Arnaldo e a Sra. Keila explicaram que, seguindo a
389 deliberação da AGENERSA para que a Prolagos realize a recuperação das ombreiras, a
390 Prolagos solicitou ao INEA licenciamento para a realização de tal obra. O INEA, por
391 sua vez, solicitou, entre outros documentos, o “nada a opor” do CBHLSJ. A Sra. Larissa
392 ainda acrescentou sobre o que tinha conhecimento sobre a atual situação no âmbito do
393 INEA, citando uma reunião que foi agendada para dar resposta ao Ministério Público.
394 Também, relatou que o assunto das ombreiras também vem sendo discutido no âmbito
395 do Grupo de Trabalho de segurança de barragem, com o principal objetivo de esclarecer
396 as responsabilidades legais de cada ator. A Sra. Larissa adicionou que, no momento, o
397 INEA está avaliando a situação de acordo com o que a Prolagos enviou a eles
398 (intervenção específica de recuperação das ombreiras). No caso em que a AGENERSA
399 aceite a proposta de arrasamento das ombreiras da barragem no lugar de sua
400 recuperação, um novo processo de licenciamento deverá ser iniciado junto ao INEA. O
401 Sr. Francisco declarou que, diante do que foi exposto pela Sra. Adriana, sentia-se agora
402 mais a vontade para opinar sobre o assunto, lembrando que na primeira vez que tal
403 assunto foi trazido ao CBHLSJ, os membros não tinham informação e conhecimento
404 necessário para decidir pelo “nada a opor” por parte do CBHLSJ solicitado pelo INEA
405 para licenciamento da obra. O Sr. Emídio disse que gostaria que o laudo técnico tivesse
406 sido disponibilizado a todos, mas a Sra. Adriana disse que por enquanto recebeu
407 orientação de que não divulgue o laudo para o público. O Sr. Emidio se absteve da
408 votação para a recuperação das ombreiras, por não ter tido acesso ao projeto com
409 antecedência. A plenária deliberou que o CBHLSJ se posicione de forma contrária à
410 recuperação das ombreiras do reservatório de Juturnaíba. Em **8 - Assuntos gerais**, o Sr.
411 Emídio perguntou sobre a necessidade de realizar uma nova eleição para a presidência
412 do CBHLSJ diante do afastamento do Sr. Leandro Coutinho. A Sra. Adriana explicou
413 que o afastamento é temporário por 60 dias. A Sra. Adriana explicou que esse
414 afastamento se deu porque está em trâmite um processo de afastamento da Sra. Grasiella



Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

415 Magalhães (Prefeita de Iguaba Grande) e do Sr. Leandro Coutinho (vice presidente de
416 Iguaba Grande) por motivo de mandatos seguidos de uma mesma família. Isto está, no
417 momento, sob juízo. Explicou que o Sr. Leandro não teria a necessidade de se afastar
418 da presidência do CBHLSJ, mas ele achou por bem afastar-se temporariamente por ter
419 não ter tempo suficiente para dedicação às atividades do CBHLSJ. A Sra. Adriana
420 contou que o Sr. Leandro encaminhou carta ao INEA relatando seu afastamento
421 temporário. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Carlos Alberto Vieira Gontijo
Presidente Interino

Arnaldo Villa Nova
Secretário Executivo